



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

ORIENTAÇÃO

Senhores Licitantes/Fornecedores,

Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**

A imagem mostra a interface do sistema Compras.gov.br. No topo, há o logotipo do Compras.gov.br e o nome do usuário: GUSTAVO AQUAR NEGRERSON. Abaixo, há uma barra de navegação com o link "Compras eletrônicas". O conteúdo principal mostra a seção "Todas as compras" com uma barra de busca. A barra de busca contém os seguintes campos: "Situação" (com opções "Em andamento" selecionada e "Finalizadas"), "Etapa" (com opções "Abertas para participação" selecionada, "Em disputa" e "Em seleção de fornecedores"), "Modalidade" (com opção "Todas as modalidades"), "Critério de julgamento" (com opção "Todos os critérios de julgamento"), "Unidade compradora" (campo vazio) e "Número da compra" (campo com o exemplo "Ex: 337022"). Há também uma opção "Preferências ME/EPP" desmarcada e um botão "Pesquisar".

- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

LICITAÇÃO N.º 90.004/2024
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 8.533/2023 (PAD)

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE E EQUIPARADAS¹, EXCETO PARA OS ITENS 12 e 13**

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 01/03/2024 às 14:00 HORAS

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – Registro de Preços, tipo menor preço por ITEM**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **01 (um) de março de 2024, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Compras.gov.br* - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, planilha “Descritivo de Materiais” – Anexo II e a Ata de Registro de Preços – Anexo III.**

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação visa à contratação de empresa especializada para **a aquisição de materiais de consumo na categoria de acondicionamento e embalagem**, conforme descrito no Termo de Referência - Anexo I.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão participar deste certame as empresas que:

¹ Nos termos do Decreto 8.538/2015, são equiparadas, para as contratações públicas de bens, serviços e obras, às microempresas e empresas de pequeno porte: o agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas.

a) Que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF² (Sistema de Cadastro de Fornecedores);

b) Cujo objeto social expresse no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.1.1. Com exceção dos itens 12 e 13, todos os itens são para participação exclusiva das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.1.1. Os itens 12 e 17 e os itens 13 e 18 referem-se exatamente ao mesmo objeto. Foi feito o desdobramento em dois itens para atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto 8.538/2015 (cota reservada).

3.1.2. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. Não poderá participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física.

3.4.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.4.3. Entidades empresariais reunidas em consórcio³.

3.4.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.4.5. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.4.5.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada,

² Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

³ Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.6. Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

3.4.6.1. A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.4.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.4.11. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.11.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.6. A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.6.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.7. A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

3.7.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.7.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.9. **Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.**

4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS⁴

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

4.1.1. Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

4.1.2. A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.2. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras

⁴ A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O valor unitário máximo aceitável para cada item da presente contratação consta na planilha Descritivo de Materiais – Anexo II.

4.5. Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas⁵ (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital, o Termo de Referência – Anexo I e demais anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.7.1. Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.8. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital.

4.9. As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

4.10. A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.11. Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

⁵ Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/17).

4.12. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

4.12.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.12.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.12.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.12.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.12.5. Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

4.12.6. Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

6.1.1. Os lances serão ofertados pelo valor UNITÁRIO DO ITEM.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.1. A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3. Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

6.4. No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.6. A(o) Pregoeira(o) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.7. Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

6.7.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

6.7.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.7.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível

às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

6.10. Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

6.11. Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

6.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.12.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas brasileiras;
- b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço estipulado para a contratação.

7.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.3.1. Havendo solicitação de negociação, será encaminhada

contraproposta ao fornecedor, que deverá apresentar resposta no período máximo de 30 (trinta) minutos a contar do recebimento da contraproposta.

7.4. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.4.1. Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, **relativamente aos itens 12 e 13**, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate

7.4.1.1. Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.

7.4.1.2. Para os itens cuja participação é exclusiva para ME, EPP ou EQUIPARADAS (todos os itens, exceto os itens 12 e 13), **desconsidera-se o contido no item 7.4.1, sendo o objeto adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.**

7.5. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, contadas da solicitação do(a) pregoeiro(a), incluindo como anexo em campo próprio do sistema:

- a) Proposta assinada pelo Representante Legal da empresa onde constem as seguintes informações:

Empresa:
CNPJ:
Endereço completo (com CEP):

Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:
Nome do Representante Legal (que assinará a Nota de Empenho):
CPF do Representante Legal (que assinará a Nota de Empenho):
Número da Licitação:
Número e descrição do(s) item(ns) e valores ofertados (conforme valores inseridos no sistema Compras.Gov)

b) **Para os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11**, certificação FSC (Conselho de Manejo Florestal) ou CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem florestal – Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – Sinmetro – Inmetro), conforme item 4.1.2.5 do Termo de Referência – Anexo I;

c) Para os itens **12, 13 e 14, 17 e 18**, comprovação de possuir o Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), conforme item 4.1.2.4 do Termo de Referência – Anexo I;

d) Além disso, deverá indicar marca e modelo para o item **12**, comprovando tratar-se de fita com hotmelt, conforme item **4.1.3** do Termo de Referência – Anexo I.

7.5.1. A licitante deverá encaminhar os documentos constantes no item 7.5 devidamente configurados, e em formato para impressão.

7.5.2. O não encaminhamento dos documentos solicitados no item 7.5.1 ou sua não aprovação ensejará a desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

7.5.3. O prazo previsto no item 7.5 poderá ser prorrogado por igual período, em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente⁶.

7.6. O(a) pregoeiro(a) efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO DO ITEM**.

7.6.1. Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

7.6.2. Não serão aceitas propostas cujos quantitativos ofertados sejam inferiores aos estabelecidos no Anexo II – Descritivo de Materiais.

7.7. Para os itens com cota reservada (itens 12 e 17 e itens 13 e 18):

7.7.1. Em atendimento § 3º do art. 8º do Decreto 8.538/2015, se a mesma empresa sagrar-se vencedora para a cota principal (itens 12 e 13) e para a cota reservada

⁶ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 29, §§ 2º e 3º.

(itens 17 e 18), a contratação de ambos os itens ocorrerá pelo menor preço.

7.7.2. Não havendo vencedor para a cota reservada (itens 17 e 18), o Pregoeiro oportunizará, via chat, ao vencedor da cota principal (itens 12 e 13), que manifeste-se sobre o interesse em fornecer o quantitativo integral (cota principal + cota reservada).

7.7.3. Caso o vencedor da cota principal não tenha interesse em fornecer a totalidade dos produtos, o Pregoeiro oportunizará aos licitantes remanescentes, em ordem de classificação, que manifestem o seu interesse, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

7.7.4. Nos casos dispostos nos itens 7.7.2 e 7.7.3 os licitantes que manifestaram interesse em absorver o quantitativo da cota reservada, terão o quantitativo total registrado na Ata de Registro de Preços, para eventuais aquisições.

7.8. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.8.1. Ocorrendo a hipótese anterior, o(a) pregoeiro(a) negociará com a licitante, no sentido de se obter melhor preço.

7.9. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;
- b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

7.9.1. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.9.1.1. Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

7.9.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

8.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.1 e 4.12.6 deste edital.

8.3. A documentação de habilitação consistirá em:

8.3.1. Habilitação jurídica:

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.3. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3.3.1. A comprovação desta habilitação obtida *on line* pelo(a) pregoeiro(a), que verificará a validade dos documentos.

8.3.3.2. Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o(a) pregoeiro(a) poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

8.3.3.2.1. Caso o(a) pregoeiro(a) não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, a licitante será convocada a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação⁷.

8.3.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.4.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.3.5. No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata

⁷ Conforme IN 03/2018 SICAF.

da assembleia que os aprovou;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;

h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

j) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.4. Exigir-se-á das licitantes as declarações:

a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei 14.133/21;

b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

8.4.1. As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.12.

8.4.2. A licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do(a) pregoeiro(a), os documentos exigidos no item 8.3.5 (no caso de cooperativas) e demais documentos que não constem no SICAF, incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

8.5. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser

encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

8.6. O prazo previsto nos itens 8.4.2 e 8.5 poderá ser prorrogado por igual período em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente⁸.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o(a) pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

8.9. Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

9.1.1. Das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. Das licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. No prazo de até 1 (um) dia útil contado da homologação da licitação, os interessados em compor o Cadastro de Reserva deverão enviar e-mail com o título "PE 90.004/2024", para scon@tre-pr.jus.br, com as seguintes informações:

Empresa:
CNPJ:
Endereço completo (com CEP):
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:
Nome do Representante Legal (que assinará a o contrato):
CPF do Representante Legal (que assinará o contrato):
Número da Licitação:

⁸ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5º.

Número do(s) item(ns) para os quais deseja participar do Cadastro de Reserva:
Valor(es) ofertado(s) para cada item, nos termos dos itens 9.1 e 9.2.

9.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes registrados na ata.

9.3.1. A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada;

9.3.2. Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

9.4. O chamamento das licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

9.4.1. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

9.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

9.4.3. Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 9.3, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 7 e 8 deste edital.

9.5. Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.5.1. Convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas

forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência – Anexo I, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, nos termos do item 9.

10.8. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

11. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* cpl@tre-pr.jus.br), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

11.2. O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

11.4. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pelo(a) pregoeiro(a).

12. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

12.2. Após a indicação da empresa vencedora pelo(a) pregoeiro(a) e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, notificando-a para que manifeste o aceite respectivo.

12.2.1. A empresa deverá manifestar o aceite da Nota de Empenho, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do comunicado feito pelo TRE/PR.

12.2.2. Não ocorrendo aceite da Nota de Empenho no prazo determinado no item 12.2.1, injustificadamente, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Do documento fiscal: O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado, por e-mail (slogmat@tre-pr.jus.br), em formato “.pdf.

13.1.1. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

13.1.2. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, bem como, apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado e habilitado na dispensa eletrônica e constante nos documentos entregues.

13.1.3. Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento.

13.1.3.1. CNPJ da Contratada;

13.1.3.2. CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;

13.1.3.3. Data de emissão da Nota Fiscal;

13.1.3.4. Descritivo dos valores unitário e total;

13.1.3.5. Dados bancários para créditos, Banco, Agência e Conta-Corrente, a qual deverá ser obrigatoriamente da própria contratada;

13.1.3.6. A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

13.2. Das condições do pagamento:

13.2.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

13.2.1.1. O prazo para atestado da Nota Fiscal é de até 10 (dez) dias úteis a partir do aceite da mesma pelo gestor da contratação, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências constantes neste edital e demais anexos.

13.2.1.2. O prazo para pagamento da Nota Fiscal é de 10 (dez) dias úteis após o atestado da mesma pelo fiscal designado para a contratação.

13.2.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 13.2.1.1 e 13.2.1.2 serão reduzidos para 5 (cinco) dias úteis.

13.2.1.4. A Nota Fiscal/Fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

13.2.1.5. O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da Nota Fiscal/Fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 4.7.1.

13.2.1.6. Da correção monetária: na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

$I = (6/100)/365$

13.2.1.7. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.2.2. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

13.2.3. O TRE-PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste aviso e/ou anexo(s).

13.3. Da regularidade fiscal:

13.3.1. Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da Contratada em vigor na data do pagamento.

13.3.1.1. A Contratada, inadimplente quanto à regularidade fiscal, estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

13.3.1.2. A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

13.3.1.3. O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

13.4. Da substituição tributária: O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa.

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a);

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.5. Fraudar a licitação.

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das

responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);
- b) Multa (aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da contratação);
- c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

14.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1 e 14.1.2, a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

14.5. Para a infração prevista no item 14.1.3, a licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total adjudicado ou da contratação, conforme o caso.

14.6. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4 a 14.1.8, a licitante estará sujeita à multa de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1 a 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4 a 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1 a 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.9. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora

sujeitas às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços (anexa a este edital).

14.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

14.16. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

14.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15. DOS RECURSOS

15.1. Das decisões proferidas pelo(a) pregoeiro(a), caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

15.2. A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestada imediatamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

15.2.1. Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

15.3. A falta de manifestação imediata importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

15.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O(a) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

16.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).

16.6. Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

16.7. No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

16.8. Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

16.9. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou

revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

17. INFORMAÇÕES

17.1. Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (www.tre-pr.jus.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br).

17.2. Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

1. Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br;
2. Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4796 / 3330-8598 / 3330-8753 ou *e-mail* seled@tre-pr.jus.br.

17.3. O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2024.

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira



TERMO DE REFERÊNCIA Anexo I

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de materiais de consumo na categoria de acondicionamento e embalagem** visando atender às necessidades deste Regional conforme especificações descritas no presente Termo de Referência e na planilha “Descritivo de Materiais” – Anexo II.
- 1.2. Natureza do Objeto:** aquisição de bens de consumo (**acondicionamento e embalagem**).
- 1.3. Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços:** 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, tem como razão a necessidade de atendimento a todos os setores do TRE/PR, na capital e no interior, quanto ao fornecimento de materiais de **acondicionamento e embalagem**, nas demandas para **2024 e 2025**, incluindo a realização das **Eleições 2024**.
- 2.2.** Os materiais, seus descritivos, unidades de medida e quantidades a licitar foram planejados considerando margem de segurança e demandas anteriores, observando-se tanto os anos eleitorais como os não eleitorais, conforme Estudo Técnico Preliminar (doc. PAD 278061/2023).
- 2.3.** Além disso, busca-se a aquisição de bens adequados às necessidades, através de descritivos minuciosos e com critérios de sustentabilidade, em conformidade com a Política de Logística Sustentável da instituição e, principalmente, contribuindo para utilização de materiais com menor impacto ao meio ambiente.
- 2.4.** Para garantir a aquisição visando uma margem de segurança para o material, também foi observada a questão de não se extrapolar a quantidade ideal dos materiais, visando melhor aplicar os recursos públicos, com economicidade e comprometimento adequado do orçamento, motivo pelo qual, para a presente aquisição, sugere-se o Sistema de Registro de Preços, cujos quantitativos serão adquiridos conforme verificação de suas necessidades.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

- 3.1. Das obrigações da contratada:**
- 3.1.1.** Os dados referentes aos itens, quantidades, unidades de medida, preços, marcas e modelos deverão ser idênticos aos que forem homologados no processo licitatório.
- 3.1.2.** A contratada deverá manter-se em situação de regularidade fiscal durante a contratação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

sendo condição necessária para emissão da nota de empenho e para o envio do pagamento.

- 3.1.3. Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.
- 3.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE/PR e atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com o fornecimento do objeto contratado.
- 3.1.5. É de responsabilidade da Contratada entregar todo o bem em perfeito estado, sem avarias externas ou defeitos tanto de fabricação como os ocasionados eventualmente no transporte.
- 3.1.6. A contratada terá seus produtos analisados, no ato do recebimento definitivo e serão recusados aqueles que não satisfizerem as especificações do Termo de Referência.
- 3.1.7. São de responsabilidade da Contratada todos os encargos, tributos e despesas necessárias ao transporte e a entrega do objeto em perfeito estado.
- 3.2. **Das demais obrigações da contratada:**
 - 3.2.1. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e de acordo com as condições deste Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
 - 3.2.2. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.
 - 3.2.3. A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. **Sustentabilidade:** O foco principal da sustentabilidade, em relação à aquisição de materiais de consumo, está na busca pelo desenvolvimento da consciência quanto à real necessidade do seu consumo.
 - 4.1.1. Consumir com consciência significa decidir com cuidado e atenção aquilo que você compra e usa no seu cotidiano. Trata-se de ser mais racional e ter conhecimento dos impactos trazidos pelo consumo de determinado item; utilizar sem desperdício, sem sobras, sem estoques desnecessários.
 - 4.1.2. Para este certame, solicitamos critérios de sustentabilidade (tanto ambiental como social) para cada material especificamente, constantes nos respectivos descritivos, a saber:
 - 4.1.2.1. *Critério ambiental* – Especificado para alguns itens, para os quais será necessária a comprovação pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta, por provocação do pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 4.1.2.2. *Critério ambiental* – Acondicionamento dos bens:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final absorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.

- 4.1.2.3.** *Critério ambiental/social* – Bens passíveis de coleta seletiva e reciclagem: Alguns bens, conforme a matéria-prima (a exemplo de papel e plástico), serão objeto de descarte seletivo, para posterior reciclagem, de forma que não gerem impacto ao meio ambiente.
- 4.1.2.4.** *Critério ambiental* - Especificado para alguns itens a exigência da apresentação do **CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA**, regular, emitido para o fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não, como por exemplo, para o **itens 12, 14 e 17** (exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, categoria 12: fabricação de laminados plásticos - Fabricação de BOPP-polipropileno biorientado) e para o **item 13 e 18** (exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, categoria 8 ou 15);
- 4.1.2.5.** *Critério ambiental* - Exigência de certificação FSC (**Conselho de Manejo Florestal**) ou CERFLOR (**Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro – Inmetro**) para o papel kraft utilizado na composição das caixas de papelão, com apresentação de Selo de Cadeia de Custódia para os **itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11**, cuja comprovação deverá ser realizada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante.
- 4.1.3.** Para o item **12 e 17** – deverá ser apresentado documento do fabricante em que conste a comprovação de fita com hotmelt, conforme Descritivo de Materiais – Anexo II.
- 4.2.** **Subcontratação:** não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista tratar de fornecimento de bens.
- 4.3.** **Participação de Pessoa Física:** não será admitida a participação de pessoa física, no entanto, poderá haver a participação de MEI (Microempreendedor Individual).
- 4.4.** **Participação de Consórcio:** não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1.** **Condições de entrega:** o prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do aceite da Nota de Empenho.
- 5.1.1.** O material solicitado deverá ser entregue na sua quantidade total, sendo rejeitadas as entregas parceladas e/ou produto/marca diferente da contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 5.2. Do local de entrega:** as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, *no horário das 13h às 18h*, mediante prévio agendamento junto à Seção de Logística de Materiais pelos telefones (41) 3072-4839, 3330-8335 ou 3072-4879, ou pelo e-mail slogmat@tre-pr.jus.br.
- 5.2.1.** A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da nota fiscal ou do DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) correspondentes, podendo efetuar o envio antecipado do documento fiscal através do e-mail slogmat@tre-pr.jus.br.

6. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para tal fim, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.2.** As comunicações entre o gestor e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.2.1.** O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

7. DO CRITÉRIO DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

- 7.1. Do recebimento provisório:** os materiais serão recebidos provisoriamente pela Seção de Logística de Material – SLOGMAT e encaminhados à Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMCM, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na planilha “Descritivo de Materiais – Anexo II”, para providências quanto ao recebimento definitivo.
- 7.2. Do recebimento definitivo:** Os materiais serão recebidos definitivamente pela Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMCM no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na planilha “Descritivo de Materiais – Anexo II”.
- 7.3. Dos bens rejeitados:** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na planilha “Descritivo de Materiais – Anexo II”, devendo ser **substituídos** no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação do gestor, às suas custas (sem quaisquer ônus adicionais à proposta), sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3.1.** Esgotado o prazo sem que haja correção ou substituição do material em desacordo, os dias excedentes serão considerados como de atraso na entrega, cabendo a aplicação das sanções previstas no edital.
- 7.3.2.** Para o caso de material recusado em razão de desacordo com as características contratadas, substituído ou não, deve ser retirado pelo fornecedor, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, estes contados de notificação expressa feita



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

pelo Gestor da contratação para o recolhimento do bem, sob pena de perdimento de bens pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

- 7.3.3.** Em não havendo a retirada do material recusado no prazo acima citado, o TRE/PR poderá efetuar sua inclusão em lotes para desfazimento por doação, a ser realizada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.
- 7.4. Forma de pagamento:** o pagamento será processado em parcela única, após o recebimento da quantidade total dos materiais nas corretas especificações constantes deste Termo de Referência e da planilha “Descritivo de Materiais – Anexo II”.
- 7.4.1.** A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da nota fiscal, constando os dados bancários respectivos ou do DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica), podendo efetuar o envio antecipado do documento fiscal através do e-mail slogmat@tre-pr.jus.br.

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1.** A presente contratação não envolve compartilhamento de dados pessoais.
- 8.2.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.3.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste instrumento, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total da contratação.
- 8.4.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução desta contratação com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1.** Os licitantes deverão cotar os preços dos materiais, seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do edital.
- 9.2.** Nos valores cotados deverão estar incluídas todas as despesas, tais como fretes, despesas com empregados, equipamentos, veículos, combustíveis, seguros, tributos, dentre outros, que comporão o preço final da proposta do certame.
- 9.3.** As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, sendo que este Tribunal se reserva o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO adquirir nenhum item.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 9.4.** Em atendimento ao item § 4º do art. 8º do Decreto 8.538/2015, no momento da aquisição serão priorizados os produtos da cota reservada, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 9.5.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMC, por meio dos telefones (041) 3330-8788, 3330-8991, 3072-4815 e 3072-4816 ou pelo e-mail sgmc@tre-pr.jus.br, com Lilian.

DESCRIPTIVO DE MATERIAIS ANEXO II						
ITEMS RP 2024/2025	DESCRIÇÃO	SIASG	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM
1	<p>BARBANTE DE ALGODAO Material: algodão cru; Cor: cru; Peso líquido: 250g (excluindo-se o peso do tubo); Prazo de validade: Indeterminado; Características adicionais: composto de 8 fios; Unidade de medida: rolo;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material em algodão, facilmente absorvido pelo ambiente após o descarte final, sem prejuízos ao meio ambiente. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso II (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>SIASG: 206995</p>	206995	260	Rolo 250g	R\$ 10,31	R\$ 2.680,60
2	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM - (PADRAO CAMPANHA) sem impressão Tipo: Ondulado; Modelo: corte e virco; Parade: Simples; Material: papelão kraft/kraft; Gramatura: 460g; Coluna Mínima: 5,0 kgf; Medida Interna: 400mm de comprimento x 300mm de largura x 100mm de altura; Impressão: sem impressão; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Embalagem: citadas com 25 unidades; Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção; Documentação Exigida: Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocation do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante; Unidade de Medida: unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 237542 (similar)</p>	237542 (similar)	2.700	Unidade	R\$ 6,02	R\$ 16.254,00
3	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO ARMÁRIO 01) sem impressão Tipo: Ondulado; Modelo: Maleta Normal; Parade: Simples; Material: Papelão kraft/kraft; Gramatura: 420g/m2 - com variação de no máximo 3%; Coluna Mínima: 4,5 kgf; Junta: Colada; Medida Interna: 400mm de comprimento x 320mm de largura x 200mm de altura; Impressão: sem impressão; Capas: internas e externas não poderão ser recicladas; Embalagem: citadas com 25 unidades; Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção; Documentação Exigida: Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocation do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante; Unidade de medida: unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção. 2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 473517 (similar)</p>	473517 (similar)	1.000	Unidade	R\$ 6,55	R\$ 6.550,00

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 16/02/2024 17:36:26

Por: SANDRA MARA KOVALSKI DOS SANTOS

TRE/PR

4	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO CPU 01) sem impressão</p> <p>Tipo: Ondulado;</p> <p>Modelo: Maleta Normal;</p> <p>Parede: Dupla;</p> <p>Material: Papelão Kraft/Kraft;</p> <p>Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%;</p> <p>Coluna Mínima: 7,0 kg;</p> <p>Junta: Grampeada;</p> <p>Medida Interna: 450mm de comprimento x 380mm de largura x 200mm de altura;</p> <p>Impressão: <u>sem impressão</u>;</p> <p>Capas: internas e externas não poderão ser recicladas;</p> <p>Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais;</p> <p>Embalagem: cintadas com 10 unidades;</p> <p>Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção;</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;</p> <p>Unidade de medida: <u>unidade</u>;</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção.</p> <p>2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 378508</p>	378508	1.500	Unidade	R\$ 13,32	R\$ 19.980,00
5	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO IMPRESSORA SGCA) sem impressão</p> <p>Tipo: ondulado;</p> <p>Modelo: maleta normal;</p> <p>Parede: dupla;</p> <p>Material: Papelão Kraft/Kraft;</p> <p>Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%;</p> <p>Coluna mínima: 7,0 kgf;</p> <p>Junta: grampeada;</p> <p>Medidas: 500mm de comprimento X 550mm de largura X 460mm de altura;</p> <p>Impressão: <u>sem impressão</u>;</p> <p>Capa: internas e externas não poderão ser recicladas;</p> <p>Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais;</p> <p>Embalagem: cintadas com 10 unidades;</p> <p>Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção;</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;</p> <p>Unidade de medida: <u>unidade</u>;</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção.</p> <p>2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 354614 (similar)</p>	354614 (similar)	600	Unidade	R\$ 24,32	R\$ 14.592,00

6	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO IMPRESSORA SGEI) sem impressão</p> <p>Tipo: ondulada;</p> <p>Modelo: maleta normal;</p> <p>Parede: dupla;</p> <p>Material: Papelão Kraft/Kraft;</p> <p>Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%;</p> <p>Coluna mínima: 7,0 kgf;</p> <p>Junta: grampeada;</p> <p>Medidas: 480mm de profundidade X 540mm de largura X 570mm de altura;</p> <p>Impressão: <u>sem impressão</u>;</p> <p>Capa: internas e externas não poderão ser recicladas;</p> <p>Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais;</p> <p>Embalagem: cintadas com 10 unidades;</p> <p>Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção;</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção.</p> <p>2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 354614 (similar)</p>	354614 (similar)	400	Unidade	R\$ 25,86	R\$ 10.344,00
7	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO PRATELEIRA 1) sem impressão</p> <p>Tipo: ondulado;</p> <p>Modelo: maleta normal, conforme desenho abaixo;</p> <p>Parede: simples;</p> <p>Material: Papelão Kraft/Kraft;</p> <p>Gramatura: 420g/m2 - com variação de no máximo 3%;</p> <p>Coluna: colada;</p> <p>Junta: colada;</p> <p>Medidas: 420mm de comprimento x 300mm de largura x 240mm de altura;</p> <p>Impressão: <u>sem impressão</u>;</p> <p>Capas: internas e externas: não poderão ser recicladas;</p> <p>Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção;</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção.</p> <p>2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 378508</p>	378508	1.000	Unidade	R\$ 7,45	R\$ 7.450,00

8	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO REMESSA 1) - sem impressão</p> <p>Tipo: Ondulado;</p> <p>Modelo: maleta normal;</p> <p>Parede: dupla;</p> <p>Material: papelão kraft/kraft;</p> <p>Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%;</p> <p>Coluna mínima: 7,0 kgf;</p> <p>Junta: grampeada;</p> <p>Medidas: 600mm de comprimento x 350mm de largura x 400mm de altura;</p> <p>Impressão: <u>sem impressão</u>;</p> <p>Capas: internas e externas não poderão ser recicladas;</p> <p>Alça Lateral: caixa com furo alça nas duas laterais;</p> <p>Embalagens: cintadas com 10 unidades cada;</p> <p>Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção;</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;</p> <p>Unidade de medida: <u>unidade</u>;</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção.</p> <p>2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 441595</p>	441595	500	Unidade	R\$ 19,29	R\$ 9.645,00
9	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO ARMARIO 2) - sem impressão</p> <p>Tipo: Ondulado;</p> <p>Modelo: Maleta Normal;</p> <p>Parede: Simples;</p> <p>Material: papelão kraft/kraft;</p> <p>Gramatura: 420g;</p> <p>Coluna Mínima: 4,5 kgf;</p> <p>Junta: Colada;</p> <p>Medida Interna: 24 X 20 X 10 CM</p> <p>Impressão: <u>sem impressão</u>;</p> <p>Capas: internas e externas não poderão ser recicladas;</p> <p>Embalagem: cintadas com 25 unidades;</p> <p>Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção;</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;</p> <p>Unidade de Medida: <u>Unidade</u></p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção.</p> <p>2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 345507</p>	345507	2.250	Unidade	R\$ 2,65	R\$ 5.962,50

10	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO CANALETA) sem impressão</p> <p>Tipo: Ondulado;</p> <p>Modelo: Maleta Normal;</p> <p>Parede: Simples;</p> <p>Material: Kraft/Kraft;</p> <p>Gramatura: 460g (+/- 15g);</p> <p>Coluna Mínima: 5,0 kgf;</p> <p>Junta: Colada;</p> <p>Medida Interna: 600mm de comprimento x 360mm de largura x 250mm de altura (+/- 3mm);</p> <p>Impressão: <u>sem impressão</u>;</p> <p>Capas: internas e externas não poderão ser recicladas;</p> <p>Embalagem: cintadas com 25 unidades.</p> <p>Denominação no TRE: Canaleta</p> <p>Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção;</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocation do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;</p> <p>Unidade de medida: <u>unidade</u>;</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção.</p> <p>2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva</p> <p>SIASG: 479832</p>	479832	500	Unidade	R\$ 9,84	R\$ 4.920,00
11	<p>CAIXA DE PAPELÃO PARA EMBALAGEM (PADRÃO MONITOR) - sem impressão</p> <p>Tipo: Ondulado;</p> <p>Modelo: Maleta Normal, conforme desenho abaixo;</p> <p>Parede: Dupla;</p> <p>Material: Papelão Kraft/Kraft;</p> <p>Gramatura: 720g/m2 - com variação de no máximo 3%;</p> <p>Coluna Mínima: 7,0 kgf;</p> <p>Junta: Grampeada;</p> <p>Medida Interna: 460mm de comprimento x 440mm de largura x 380mm de altura;</p> <p>Impressão: <u>sem impressão</u>;</p> <p>Capas: internas e externas não poderão ser recicladas;</p> <p>Alça Lateral: Caixa com furo alça nas duas laterais;</p> <p>Embalagem: cintadas com 10 unidades;</p> <p>Denominação no TRE: Padrão Monitor</p> <p>Certificação: FSC ou CERFLOR para o papel kraft utilizado na sua produção;</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC a ser comprovado pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocation do pregoeiro, mediante envio de catálogo ou site da internet ou, ainda, documento que comprove o selo CERFLOR ou FSC do fornecedor ou do fabricante;</p> <p>Unidade de medida: <u>unidade</u>;</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Certificação FSC para o papel kraft utilizado na sua produção.</p> <p>2. Material com matéria-prima papel, passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 354614 (similar)</p>	354614 (similar)	500	Unidade	R\$ 19,94	R\$ 9.970,00

12	<p>FITA ADESIVA PLASTICA TRANSPARENTE</p> <p>Material: Filme em polipropileno;</p> <p>Tipo: Industrial adesivo termoplástico hot melt, com alta adesividade, monoface e resistência à tração;</p> <p>Características adicionais: Tubo central deverá ser confeccionado em papelão reciclado;</p> <p>Aplicação: para utilização na confecção de embalagens;</p> <p>Medidas: mínimo 48mm de largura x 50m de comprimento;</p> <p>Cor: transparente;</p> <p>Validade: Prazo de validade de 24 meses a contar da data de entrega pelo fornecedor ao tribunal, podendo variar a validade para menor em até 3 meses da data da entrega. O prazo de validade deve constar no tubo central do material;</p> <p>Certificação: Apresentação pelo fornecedor do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- IBAMA, emitido para o fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, categoria 12. (Fabricação de laminados plásticos - Fabricação de BOPP-polipropileno biorientado);</p> <p>Marca de referência: Adelsbrás modelo hotmelt REF. 540;</p> <p>Unidade de medida: Rolo com 50 metros;</p> <p>IMPORTANTE: Não serão aceitas fitas acrílicas;</p> <p>Documentação exigida:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comprovação do critério de sustentabilidade de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) deverá ser realizada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro; 2. Comprovação do hot melt através de documento do fabricante que indique tratar-se de fita com hot melt. <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação pelo fornecedor do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. <p>SIASG: 279064</p>	279064	8.025	Rolo com 50 metros	R\$ 12,27	R\$ 98.466,75
13	<p>FITA CREPE</p> <p>Material: fita com adesivo acrílico tipo crepe;</p> <p>Tipo: monoface;</p> <p>Aplicação: para utilização multiuso;</p> <p>Medidas: 25mm de largura (podendo ser no mínimo 24mm) x 50m de comprimento (podendo ser no mínimo 48m);</p> <p>Cor: bege claro/oru;</p> <p>Certificação CTF/APP: Apresentação pelo fornecedor do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais –IBAMA, regular, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, categoria 8 ou 15;</p> <p>Comprovação de exigência:</p> <p>Comprovação do critério de sustentabilidade de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) deverá ser realizada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro;</p> <p>Validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. O prazo de validade deve constar no tubo central do material;</p> <p>Unidade de medida: Rolo com 50 metros (48 metros);</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. <p>SIASG: 278968</p>	278968	9.750	Rolo com 50 metros (48 metros)	R\$ 13,05	R\$ 127.237,50

14	<p>FITA DUREX - TUBETE GRANDE</p> <p>Material: Filme de polipropileno transparente;</p> <p>Tipo: acrílico, monoface;</p> <p>Características adicionais: Tubo central deverá ser confeccionado em papelão reciclado;</p> <p>Aplicação: multiuso;</p> <p>Medidas: 25mm x 50m (podendo variar a largura para 24mm e o comprimento para 48m);</p> <p>Diâmetro do tubete central: 8cm;</p> <p>Cor: transparente;</p> <p>Validade: Prazo de validade de 24 meses a contar da data de entrega pelo fornecedor ao tribunal, podendo variar a validade para menor em até 3 (três) meses da data da entrega. O prazo de validade deve constar no tubo central do material;</p> <p>Certificação: Apresentação pelo fornecedor do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais –IBAMA, regular, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, categoria 12. (Fabricação de laminados plásticos - Fabricação de BOPP-polipropileno biorientado).</p> <p>Comprovação: Comprovação do critério de sustentabilidade de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) deverá ser realizada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro;</p> <p>Unidade de medida: Rolo com 50 metros;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso II (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo;</p> <p>SIASG: 279001</p>	279001	1.900	Rolo com 50 metros	R\$ 3,39	R\$ 6.441,00
15	<p>PLASTICO BOLHA</p> <p>Material: plástico cristal virgem;</p> <p>Medidas: 100 metros de comprimento x 1,30 metros de largura x 40 micra de espessura;</p> <p>Apresentação: Bobinas com 100 metros;</p> <p>Prazo de validade: indeterminado.</p> <p>Unidade de medida: bobina de 100 metros;</p> <p>Obs.: As especificações deverão constar no corpo da embalagem do material;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material confeccionado em plástico, e portanto passível de coleta seletiva.</p> <p>SIASG: 220986</p>	220986	13	Bobina de 100 metros	R\$ 146,62	R\$ 1.906,06
16	<p>PAPEL KRAFT BOBINA 10 KG</p> <p>Material: papel kraft natural;</p> <p>Cor: kraft natural;</p> <p>Peso: mínimo de 10 kg;</p> <p>Gramatura: 80g/m2;</p> <p>Medidas: 60cm de largura;</p> <p>Apresentação: bobinado com suportes laterais de plástico reforçado tipo "tarugo";</p> <p>Validade: indeterminada;</p> <p>Unidade de medida: bobina com 10 kg;</p> <p>Cód. ASI: 2623;</p> <p>Critérios de Sustentabilidade: 1. Material 100% reciclável, sem danos ao meio ambiente. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papel adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, e também que as caixas possam ser reutilizadas e ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>SIASG: 436489 (similar)</p>	436489 (similar)	43	Bobina com 10 kg	R\$ 113,53	R\$ 4.881,79

17	<p>FITA ADESIVA PLASTICA TRANSPARENTE</p> <p>Material: Filme em polipropileno;</p> <p>Tipo: Industrial adesivo termoplástico hot melt, com alta adesividade, monoface e resistência à tração;</p> <p>Características adicionais: Tubo central deverá ser confeccionado em papelão reciclado;</p> <p>Aplicação: para utilização na confecção de embalagens;</p> <p>Medidas: mínimo 48mm de largura x 50m de comprimento;</p> <p>Cor: transparente;</p> <p>Validade: Prazo de validade de 24 meses a contar da data de entrega pelo fornecedor ao tribunal, podendo variar a validade para menor em até 3 meses da data da entrega. O prazo de validade deve constar no tubo central do material;</p> <p>Certificação: Apresentação pelo fornecedor do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- IBAMA, regular, emitido para o fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, categoria 12. (Fabricação de laminados plásticos - Fabricação de BOPP-polipropileno biorientado);</p> <p>Marca de referência: Adalbrás modelo hotmelt REF. 540;</p> <p>Unidade de medida: Rolo com 50 metros;</p> <p>IMPORTANTE: Não serão aceitas fitas acrílicas;</p> <p>Documentação exigida:</p> <p>1. Comprovação do critério de sustentabilidade de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) deverá ser realizada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro;</p> <p>2. Comprovação do hot melt através de documento do fabricante que indique tratar-se de fita com hot melt.</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Apresentação pelo fornecedor do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA;</p> <p>2. O material deve ser: preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	279064	2.675	Rolo com 50 metros	R\$ 12,27	R\$ 32.822,25
18	<p>FITA CREPE</p> <p>Material: fita com adesivo acrílico tipo crepe;</p> <p>Tipo: monoface;</p> <p>Aplicação: para utilização multiuso;</p> <p>Medidas: 25mm de largura (podendo ser no mínimo 24mm) x 50m de comprimento (podendo ser no mínimo 48m);</p> <p>Cor: bege claro/cru;</p> <p>Certificação CTF/APP: Apresentação pelo fornecedor do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais –IBAMA, regular, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, categoria 8 ou 15;</p> <p>Comprovação da exigência:</p> <p>Comprovação do critério de sustentabilidade de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) deverá ser realizada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro;</p> <p>Validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. O prazo de validade deve constar no tubo central do material;</p> <p>Unidade de medida: Rolo com 50 metros (48 metros);</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. Apresentação do CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA;</p> <p>2. O material deve ser: preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>SIASG: 278968</p>	278968	3.250	Rolo com 50 metros (48 metros)	R\$ 13,05	R\$ 42.412,50
Total Global						R\$ 422.515,95



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2023

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº xx/2023 (PAD 008533/2023), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
Endereço completo:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **aquisição de materiais de consumo na categoria de acondicionamento e embalagem**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência (Anexo I do edital) e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.2. Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade TRE-PR	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

1.2.1. A especificação completa do item encontra-se no Descritivo de Materiais (anexo II) do Edital.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

1.4. Da contratação dos itens registrados:

1.4.1. Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

1.4.2. Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR notificará o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

1.4.3. Das obrigações do fornecedor:

1.4.3.1. Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

1.4.3.2. Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Descritivo de Materiais (Anexo I e II do edital, respectivamente).

1.4.3.3. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

1.4.3.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão

gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras previstas no art. 7º do Decreto 11.462/23:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 5;
- c) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES

3.1. Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços, quando houver, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.2.2. Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

4. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;

c) Remanejamento de quantidades.

5. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

5.1.3. Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 6.3.

5.2. Da negociação dos preços registrados:

5.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.2.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.2.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.2.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5.2.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço

registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2.2 e no item 5.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.2.6. O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5.3. Do reajuste:

5.3.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/12/2023.

5.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da ata de registro de preços, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.

6. DAS SANÇÕES

6.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

6.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.2.1. Conforme o disposto no inciso I do item 6.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

6.2.1.1. São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

Relação de descumprimentos	
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso na entrega de documentos necessários e em substituir o bem entregue em desacordo com as especificações e no prazo estabelecido;
3	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo e falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Encaminhar nota fiscal com falta de documento e descumprir as normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento.

6.2.1.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer

das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Descumprimento	Dosimetria e a base de incidência
MÉDIA	a) Multa moratória pelo atraso na entrega de quaisquer itens descritos na nota de empenho, limitada a 30 (trinta) dias. a.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto ou item(ns) da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima.	0,5% (meio por cento) ao dia, incidindo sobre o valor total do(s) item(ns) em atraso, constante da nota de empenho.
GRAVE	b) Multa compensatória em razão de: I - fornecimento em desacordo com o solicitado; II - recusa em substituir o objeto quando constatado que não atende às características exigidas ou apresentar quaisquer defeitos. III – não substituição do(s) bem(ns) em desacordo com as especificações do Termo de Referência, no prazo de 15 (quinze) dias da notificação da contratada.	15% (quinze por cento), incidindo sobre o valor total do(s) item(ns) inadimplido, constante da nota de empenho.
	IV - não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.	10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente.
	V – Descumprimento aos critérios de sustentabilidade inerentes ao objeto	5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho
GRAVÍSSIMA	c) Atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos nas alíneas “a” e “a.1”.	20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho.
	d) multa compensatória, pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado.	30% (trinta por cento) sobre o valor total da nota de empenho.

6.2.1.3. Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, quando não se

justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause danos grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;
- b) inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

6.2.1.4. Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- b) praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.
- f) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- g) inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- h) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos

6.3. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

6.4. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.5. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

6.6. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

6.7. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

6.8. A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

6.8.1. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Do cancelamento do registro do fornecedor: o registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos.

7.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.1.5. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.1.6. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.1.7. No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto

ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.2. Do cancelamento dos preços registrados: o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.2.1. A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

8. DO CADASTRO DE RESERVA

8.1. O Cadastro de Reserva é formado pelas licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e pelas licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.1.1. A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

8.2. Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

- d) Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;
- e) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9. DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

9.2. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a presente, em formato digital, para um só efeito legal.

Curitiba, _____ de _____ de 2024.

(Assinatura Representante legal)
Nome do Representante Legal:.....
Cargo:

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral do TRE-PR